



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

Dê-se nova redação aos incisos IV e V do caput do art. 246; e acrescente-se inciso VI ao caput do art. 246 do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 246.....

.....

IV – serviços de administração e intermediação de bem imóvel;

V – serviços de construção;

VI – utilização de estacionamento.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca resguardar que os operadores de estacionamento sejam tributados no regime específico de incidência do Imposto sobre Bens e Serviços e da Contribuição sobre Bens e Serviços, em relação a essa atividade, garantindo um tratamento tributário isonômico uma vez que a operação de estacionamento se equipara à cessão onerosa de uso do imóvel. Assim, para a correta aplicação do princípio da isonomia tributária - art. 150, inciso II, da



Constituição Federal - solicito o apoio dos nobres pares para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 15 de agosto de 2024.

Senador Castellar Neto
(PP - MG)

